



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ADENDO Nº 2/2006
PLNº 2/2006-CN, DE 2006 – PLDO/2007

ADENDO AO TEXTO DO SUBSTITUTIVO

1. Inclua-se o seguinte § 4º ao art. 2º, renumerando-se os demais:

Art. 2º (...)

§ 4º O limite a que se refere o parágrafo anterior não se aplica a despesas com passagens e locomoção de Ministros de Estado e membros de Poder e do Ministério Público.

2. Inclua-se o seguinte inciso V ao § 2º do art. 2º:

Art. 2º (...)

§ 2º (...)

V – a complementação financeira a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996, e o auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomento das exportações, bem como compensações de mesma natureza que venham a ser instituídas.

3. Inclua-se o seguinte inciso XVII ao art. 12:

Art. 12. (...)

XVII – à complementação financeira a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996, e ao auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomento das exportações, bem como às compensações de mesma natureza que venham a ser instituídas, mantendo-se a proporcionalidade fixada na Lei Orçamentária para 2006.

4. Inclua-se o seguinte § 4º ao art. 12:

Art. 12 (...)

§ 4º A programação decorrente do disposto no inciso XVII deste artigo deverá constar do Projeto de Lei Orçamentária para 2007.

5. Onde se lê:

Art. 19 (...)

§ 2º (...)

II – De manutenção de novas instalações em móveis cuja aquisição ou conclusão esteja prevista para o exercício de 2006 e 2007;



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Leia-se:

Art. 19 (...)

§ 2º (...)

II – De manutenção de novas instalações em móveis cuja aquisição ou conclusão esteja prevista para o exercício de 2006 e 2007, **inclusive em imóveis cedidos por outros entes da Federação;**

6. Inclua-se o seguinte artigo 21-A

Art. 21-A. Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal disponibilizarão para a Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, e para a Secretaria de Orçamento Federal, até 60 (sessenta) dias após a remessa do projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, em meio magnético, a identificação dos subtítulos correspondentes aos contratos relativos às obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, o Tribunal de Contas da União disponibilizará para os órgãos setoriais ali referidos, até 1º de agosto de 2006, a relação das obras, de acordo com a lei orçamentária de 2006, e seus contratos, fiscalizados.

7. Onde se lê:

Art. 35. (...)

VI - publicação de edital de licitação, pelos órgãos responsáveis pela execução de programas constantes da lei orçamentária, para seleção de instituições prestadoras de serviços à comunidade ou que devam realizar outras atividades vinculadas à consecução dos objetivos previstos;

VII – habilitação prévia, nos termos do inciso VI deste artigo, para a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria ou qualquer outro tipo de instrumento legal que estabeleça a transferência de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 5º A exigência constante do inciso VI poderá ser dispensada mediante autorização específica do Conselho de Políticas Públicas ao qual se vincula o órgão responsável pela execução dos respectivos programas ou se entidade beneficiária estiver nominalmente identificada na lei orçamentária.

Leia-se:

Art. 35. (...)

VI - publicação de edital de ~~licitação~~, pelos órgãos responsáveis pela execução de programas constantes da lei orçamentária, para habilitação e seleção de instituições prestadoras de serviços à comunidade ou que devam realizar outras atividades vinculadas à consecução dos objetivos previstos;

~~VII – habilitação prévia, nos termos do inciso VI deste artigo, para a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria ou qualquer outro tipo de instrumento~~



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

~~legal que estabeleça a transferência de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.~~

§ 5º A exigência constante do inciso VI poderá ser dispensada ~~mediante autorização específica do Conselho de Políticas Públicas ao qual se vincula~~ por ato do titular do órgão responsável pela execução dos respectivos programas ou se a entidade beneficiária estiver nominalmente identificada na lei orçamentária.

§ 6º O ato a que se refere o § 5º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

8. Inclua-se a seguinte alínea c ao inciso II do art. 35:

Art. 35. (...)

Inciso II (...)

c) obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original.

9. Onde se lê:

Art. 36. ~~Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 31, 32, 33 e 34, de acordo com os percentuais previstos no art. 45 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos municípios onde as entidades e organizações da sociedade civil estejam legalmente registradas.~~

§1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser dispensada mediante autorização anual específica do Conselho de Políticas Públicas ao qual se vincula o órgão responsável pela execução dos respectivos programas.

Leia-se:

Art. 36. ~~Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 31, 32, 33 e 34, de acordo com os percentuais previstos no art. 45 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as entidades e organizações da sociedade civil estejam legalmente registradas~~ações forem executadas.

§ 1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida ~~dispensada por ato do titular do órgão mediante autorização anual específica do Conselho de Políticas Públicas ao qual se vincula o órgão~~ responsável pela execução dos respectivos programas.

10. Inclua-se o seguinte § 3º ao art. 36:

Art. 36. (...)

§ 3º O ato a que se refere o § 1º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

11. Onde se lê:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art. 47. (...)

§ 1º O concedente comunicará ao conveniente, podendo ser feito por meio eletrônico, qualquer situação de inadimplência que motive a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de transferências voluntárias e que, após 30 (trinta) dias dessa comunicação, procederá a sua inscrição na condição de inadimplente.

Leia-se:

Art. 47. (...)

§ 1º O concedente comunicará ao conveniente, podendo ser feito por meio eletrônico, qualquer situação de inadimplência que motive a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de transferências voluntárias e que, após 30 (trinta) dias dessa comunicação, procederá a sua inscrição na condição de inadimplente.

12. Onde se lê:

Art. 49 (...)

I- (...)

a) até 30 (trinta) dias após a sanção da lei orçamentária **31 de agosto de 2006**, o conjunto de exigências e procedimentos, inclusive formulários, necessários à realização das transferências;

Leia-se:

a) até 30 (trinta) dias após a sanção da lei orçamentária **30 de setembro de 2006**, o conjunto de exigências e procedimentos, inclusive formulários, necessários à realização das transferências;

13. Onde se lê:

Art. 52. Nos empenhos da despesa referentes a transferências voluntárias, indicar-se-~~ão~~ o município e a unidade da federação beneficiados pela aplicação dos recursos, **a descrição dos bens ou serviços adquiridos e o número do contrato, convênio ou instrumento congênere.**

Leia-se:

Art. 52. Nos empenhos da despesa referentes a transferências voluntárias, indicar-se-~~ão~~ o município e a unidade da federação beneficiados pela aplicação dos recursos.

14. Onde se lê:

Art. 52 (...)

Parágrafo Único. Nos empenhos cuja especificação do beneficiário se dá apenas no momento da transferência financeira dos recursos, a caracterização do município beneficiado será feita automaticamente no SIAFI.

Leia-se:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art. 52 (...)

Parágrafo Único. Nos empenhos cuja especificação do beneficiário se dá apenas no momento da transferência financeira dos recursos, a caracterização do município beneficiado será feita automaticamente no SIAFI, **de modo a se ter sempre identificado o município conveniente e o valor transferido.**

15. Onde se lê:

Art. 60 (...)

§ 2º Para os efeitos do inciso II do **caput** deste artigo, consideram-se como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do Ministério da Saúde, ~~deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, e despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza,~~ e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, da Constituição, **deduzidos:**

I – os encargos previdenciários da União;

II – os serviços da dívida;

III – as despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e

IV – as transferências de renda a famílias.

Leia-se:

Art. 60 (...)

§ 2º Para os efeitos do inciso II do **caput** deste artigo, consideram-se como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, **transferência de renda a famílias** e despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o art 198, § 3º, da Constituição.

16. Inclua-se os seguinte §§ 4º e 5º ao art. 60:

Art. 60 (...)

§ 4º As dotações necessárias ao cumprimento do disposto no inciso I deste artigo deverão constar do projeto de lei orçamentária para 2007.

§ 5º As dotações necessárias ao reajuste dos servidores públicos federais deverão constar do projeto de lei orçamentária para 2007.

17. Onde se lê:

Art. 64 (...)



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

§ 2º As alterações das modalidades de aplicação não abrangidas pelo inciso II deste artigo serão realizadas diretamente no SIAFI pela unidade orçamentária.

Leia-se:

Art. 64 (...)

§ 2º As alterações das modalidades de aplicação não abrangidas pelo inciso II deste artigo serão realizadas diretamente no SIAFI pela unidade orçamentária, **necessitando, no caso de dotações decorrentes de emendas parlamentares, de autorização da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição.**

18. Onde se lê:

Art. 77 (...)

IV – outras despesas correntes de caráter inadiável e relevante;

Leia-se:

Art. 77 (...)

IV – outras despesas correntes de caráter inadiável ~~e relevante;~~

19. Onde se lê:

Art. 77 (...)

V – As despesas com obras e projetos de investimentos em andamento ou cujos contratos já tenham sido firmados.

Leia-se:

Art. 77 (...)

V – as despesas com obras e projetos de investimento cujos contratos já tenham sido firmados e tenha ocorrido desembolso financeiro.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2006.

Senador ROMERO JUCÁ
RELATOR PLDO/2007